

ENTREVISTA

com Flávia Maria de
Carvalho

POR CAROLINA BEZERRA MACHADO



A entrevistada do dossiê 25 (Áfricas) é a Prof.^a Dr.^a Flávia Maria de Carvalho, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). O objetivo da entrevista foi partir da experiência de uma jovem professora, que manteve ao longo da sua vida acadêmica um diálogo profícuo com a Universidade Federal Fluminense e suas linhas de pesquisa e ensino, para refletirmos sobre os estudos africanos no Brasil. Flávia de Carvalho desenvolve pesquisas sobre a História de Angola e de regiões da África Centro Ocidental.

Revista Cantareira [RC]: Sabe-se que a obrigatoriedade do ensino de História da África é recente no currículo das universidades de História e nas escolas. Você pode nos contar um pouco o que te despertou para o estudo do continente africano?

Fávia Maria de Carvalho [FMC]: Antes de qualquer coisa gostaria de agradecer a oportunidade de contar um pouco da minha trajetória de pesquisa, e ressaltar a importância da UFF na minha formação. Sobre as mudanças curriculares essa mudança de fato é recente, o que mostra o quanto temos caminhos e desafios. A lei 10,639 foi fundamental para essa implementação, o que gerou uma busca por suportes teóricos e estudos sobre o continente africano. Esse movimento repercutiu no meio acadêmico, tanto no fomento em relação às novas pesquisas, quanto em releituras de teses que não satisfiziam mais aos questionamentos atuais sobre África. Meu interesse sobre História da África e sobre escravidão no continente mais especificamente na África Centro Ocidental, começou na graduação, quando não existiam disciplinas de África. Estagiava no antigo DGPC – *Departamento Geral do Patrimônio Cultural*, órgão da Secretaria de Cultura da cidade do Rio de Janeiro, quando foram encontradas ossadas de escravos do antigo cemitério dos Pretos Novos da Gamboa. Passei então a pesquisar no Arquivo da Cúria Metropolitana os registros de óbitos da antiga Freguesia de Santa Rita e me deparei com um livro que reproduzia marcas que eram queimadas nos escravos, como indicadores de seus proprietários, mas também algumas escarificações étnicas. Descobri ali meu objeto de pesquisa: o corpo escravo que por vezes já embarcava nos portos africanos carregando diferentes marcas, com representações tão singulares. O trabalho de Luciano Figueiredo, *Marcas de escravos*, e de Mariza de Carvalho Soares me indicaram as perspectivas, tanto que fui orientada pelos dois - no mestrado e no doutorado respectivamente. Outro momento determinante foi quando li pela primeira vez o historiador inglês Charles Ralph

Boxer, no livro *Salvador Correia de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)*, quando me deparei com os *sobas* – chefes locais do antigo Ndongo, que se tornaram meu objeto de pesquisa. Esses personagens participavam ativamente das negociações de escravos com os estrangeiros, e passei a buscar mais informações sobre essas relações travadas com os portugueses. A partir dali os *sobas* de Angola são os protagonistas de meus estudos.

RC: O que você acha que mudou desde que iniciou seus estudos em História da África?

FMC: Muita coisa mudou e para muito melhor, e vejo com muito otimismo o futuro dos estudos africanos no Brasil – apesar de dias tenebrosos na política-econômica nacional com reflexões diretas e extremamente nocivas em nossas universidades. Hoje em dia temos disciplinas de História da África nas graduações, o que faz toda a diferença. Projetos de iniciação científica também merecem ser citados, já que determinam os contatos iniciais com fontes e métodos, e que sinalizam caminhos para os alunos que se interessam pelos diferentes campos de investigação sobre a História do continente. Isso vai muito além. O número de professores – pesquisadores em nossa área vem crescendo, assim como a diversidade de temáticas. Grupos de estudos promovendo debates e eventos onde podemos trocar e mostrar que é possível sim estudar África no Brasil com qualidade e propriedade.

RC: Suas pesquisas são marcadas por uma nova perspectiva que elege os africanos como protagonistas de sua História. Pode comentar um pouco essa escolha?

FMC: A ideia de africanos passivos perante as intervenções de estrangeiros (sejam eles quem eram ou são) ficou no passado. Falar em africanos no plural é sempre problemático, visto que temos sempre que pontuar de que grupo estamos falando e em que momento de sua História, mas atualmente negar a historicidade das sociedades africanas é um equívoco. Minha pesquisa sobre os chefes africanos da África Centro Ocidental é pautada nessa interpretação, os *sobas*, os *jagas*, *manicongos*, *ngolas* e demais títulos de poderes locais negociaram, protagonizaram revoltas contra conquistadores e comerciantes europeus, assim como estabeleceram alianças e participaram dos negócios atlânticos, Isso de forma alguma nega os movimentos de exploração e dominação empregados por grupos interessados em pregar as sociedades africanas de formas variadas. Significa sim afirmar que eles fizeram parte dessas histórias e que devemos privilegiar as interpretações partindo das perspectivas desses povos.

RC: Como enxerga o amadurecimento do ensino de África no campo acadêmico?

FMC: Percebo com muito otimismo. Muitos trabalhos de qualidade vem sendo desenvolvidos contribuindo para o crescimento de nossa área. Hoje em dia, além dos grupos de pesquisa, temos o GT de África da Anpuh que é responsável por diálogos e trocas importantes entre professores e pesquisadores de diferentes partes do Brasil. Agora também com a Associação Brasileira de Estudos Africanos (ABE-África) presidida pelo Prof. Dr. Silvio de Almeida Carvalho Filho – que tem um papel relevante nesse movimento - e que tem entre seus membros profissionais que representam diferentes universidades do país. Isso só nos fortalece cada vez mais como área.

RC: Como esse ensino pode dialogar com as escolas e os professores de ensino básico?

FMC: Isso é um grande ponto de pauta, ainda. Acredito que a tendência seja a crescente aproximação entre as pesquisas acadêmicas e as realidades das salas de aula. Falar para profissionais da educação que estão fora dos debates historiográficos típicos da academia é uma necessidade. Na minha opinião deve existir uma troca entre esses dois mundos, até então paralelos, capaz de produzir maiores contatos. Muitos pesquisadores especialistas em estudos africanos não conhecem as dinâmicas das salas de aula, os problemas e as limitações que esses docentes enfrentam todos os dias, e por outro lado também não existe um conhecimento sobre o que está sendo pesquisado nem como a África vem sendo abordada nas interpretações contemporâneas. Outro ponto debatido diz respeito aos conteúdos referentes ao continente africano que são apresentados nos livros didáticos. Temos pesquisadores dedicados ao tema, o que vem colaborando para reflexões e para evitar distorções e equívocos nas abordagens sobre África em sala de aula, e também para debater caminhos possíveis para obtermos melhores resultados. Acredito que a promoção de cursos de especialização, de formação continuada, diferentes contextos de encontro são uma via possível.

RC: Quais as preocupações que um historiador que se debruce sobre a história do continente africano deve ter?

FMC: Uma das preocupações que tenho sempre quando inicio um curso de África na graduação é deixar claro que não podemos substituir mitos por outros mitos, citando aqui a orientação metodológica de Joseph Ki-Zerbo. A construção de uma África no imaginário ocidental vem sendo reproduzida desde a Antiguidade até os dias de hoje, através de diferentes tipos de discursos e de meios de comunicação. Antes eram atlas e descrições cartográficas que apresentavam africanos com características deturpadas, passando pelos debates teológicos da Idade Moderna que cogitavam ou não a existência de alma, até os discursos raciais da Idade Contemporânea utilizados como justificativas ideológicas para os projetos coloniais e imperialistas dos séculos XIX e XX. Todos esses pontos devem ser apresentados através de uma nova leitura para os alunos. Acredito que temos que enfatizar a historicidade dessas sociedades, assim como a desconstrução de uma África única.

RC: Como o estudo dos diferentes processos históricos africanos pode contribuir para um melhor entendimento da história do Brasil?

FMC: Acho fundamental. Compreender processos como as diásporas por exemplo é um ponto indispensável para pensarmos as muitas identidades que foram construídas e reconstruídas com a chegada de diferentes etnias no Brasil desde o século XVI. Nosso trabalho deve ir além do que buscar o que é ou não de fato africano, o que é ou não puro, é muito mais do que isso. Na minha opinião buscar o purismo de determinada cerimônia ou manifestação não é o mais relevante, mas sim entender que existem influências dessas muitas Áfricas do outro lado do Atlântico que se tornam evidentes nos estudos sobre Brasil. Precisamos dessas informações para nos compreender como sociedade, como produto de encontros, e para combater discursos racistas e todo e qualquer tipo de segregação ou intolerância. Ponto que merece destaque nos dias de hoje.

RC: Na sua opinião, podemos afirmar que os estudos africanos estão consolidados no Brasil? O que podemos melhorar?

FMC: Não tenho dúvidas em relação a isso. Sempre podemos melhorar. Fomentar pesquisas e debates, promover encontros para diálogos é sempre muito importante. Infelizmente vivemos dias sombrios em nosso país no que diz respeito à valorização das pesquisas e do conhecimento científico como um todo. O descaso do governo compromete o andamento de pesquisas em todas as áreas, e com a nossa não é diferente. Falo para meus alunos que pesquisar hoje em dia é por si só um ato de resistência, e realmente acredito nisso. Temos que manter nosso trabalho apesar das dificuldades. Sustentar nossas conquistas com pesquisas sérias e conferindo a elas um papel social.

RC: Como os preconceitos acerca do continente africano estão sendo relativizados?

FMC: Não podemos negar o preconceito sobre as Histórias das sociedades africanas, assim como não podemos negar seus desdobramentos cruéis e inaceitáveis como discursos e práticas racistas e que tendem a hierarquizar valores e saberes. Precisamos combater esses posicionamentos errôneos e distorcidos em nosso cotidiano. Devemos com nossos estudos e nossos discursos combater ideias que percebemos ainda hoje, como por exemplo de uma África singular, de uma África sem História, de uma África que se resume às informações e imagens midiáticas, e de africanos que não foram e não são agentes de suas próprias histórias.

RC: Para onde os estudos sobre o continente poderiam expandir? Quais as lacunas existentes?

FMC: Ainda existe muita coisa para ser pesquisada. Acredito que buscar mais fontes, explorar mais acervos sempre é um bom caminho. Pesquisar e transformar a leitura de documentos em análises críticas é o nosso ofício, assim como contribuir para a construção de olhares sobre a História africana que contribuam para a dissolução de preconceitos e a reprodução de conceitos equivocados.